

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

AGÊNCIAS REGIONAS DE DESENVOLVIMENTO: FORMULAÇÕES CONCEITUAIS E
APONTAMENTOS PARA A SUDENE

Diogo Lara (DCE/FACE/UFMG)

Rodrigo Simões (Cedeplar/UFMG)

AGÊNCIAS REGIONAS DE DESENVOLVIMENTO: FORMULAÇÕES CONCEITUAIS E APONTAMENTOS PARA A SUDENE

Resumo:

Desde a segunda metade do século passado, os governos ou a própria sociedade civil têm constituído organismos dotados de certas especificidades administrativas com o objetivo de desenvolver economicamente regiões deprimidas, i.e., as agências de desenvolvimento regional. Estes organismos buscam descentralizar as responsabilidades do Estado Central e planejar, articular e executar políticas específicas para a região. As agências de desenvolvimento regional, ligadas ao governo ou formadas a partir dos atores regionais, possuem estratégias e características muito diversificadas entre os países. Além disso, as ações das agências de desenvolvimento mudaram também ao longo do tempo em decorrência das experiências vividas e da nova realidade da economia global e do Estado. A experiência da SUDENE, na segunda metade do século XX, representou no Brasil um símbolo da atuação governamental em prol de regiões menos desenvolvidas através de órgãos específicos capazes de dotar a região com equivalentes de soberania. O Nordeste teve sua trajetória de crescimento modificada e reduziu sua distância econômica em relação ao Centro - Sul. Contudo, vários problemas ainda persistem na Região. A realidade do Nordeste e do mundo se alterou e a nova SUDENE enfrentará grandes desafios.

1 Introdução

O século XX presenciou um grande aumento das desigualdades econômicas e de padrão de vida entre pessoas, regiões e países. Mesmo em países desenvolvidos, verifica-se um grande fosso entre regiões desenvolvidas e regiões em processo de desenvolvimento. Assim, a problemática regional e o debate sobre política regional ganham significativa importância a partir do final dos anos 50 no mundo desenvolvido, principalmente na Europa. Uma das formas de manifestação dessa preocupação foi a criação de agências especializadas em desenvolvimento de áreas deprimidas (*Cassa per il Mezzogiorno* para o Sul da Itália, a *Highlands and Islands Development Board* e a *Scottish Development Agency* no Reino Unido, as metrópoles de equilíbrio na França, sem falar da grande experiência americana com a *Tennessee Valley Authority*). No Brasil, o grande atraso da região nordestina em relação aos centros dinâmicos das regiões Sudeste e Sul foi a principal origem das preocupações para o estabelecimento de políticas regionais culminando com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE em 1959.

Apesar do processo de globalização e a mudança do papel do Estado Nacional, a região como locus de política econômica vem ganhando cada vez mais importância como mostra a atuação da União Européia através de programas que visam a redução da distância econômica entre os países, os Estados Unidos que diferenciam seus próprios estados como locais de investimento e outros como Japão e Alemanha (GOMES, 1993, p.52).

A territorialidade tem ganhado força tanto pelo raciocínio que ressalta a importância do entorno territorial para a competitividade quanto por outros estudiosos que apontam o território como forma de superar os conflitos de regulação e crise de proximidade além dos que afirmam que os países ganhadores são os que têm regiões ganhadoras e não o contrário (BOISIER, 2000, p.199). Além disso, o êxito competitivo dos países está ligado a capacidade de ativar crescimento endógeno (gerando empresas e inovações) através das instituições locais e suas relações (BOISIER, 2000, p.199).

Assim, a criação e o fortalecimento de instituições regionais dotadas de certa autonomia e munidas de instrumentos, as Agências de Desenvolvimento Regional – ADR's, vem ocorrendo em vários países do mundo. Diante de tudo isso, este trabalho tem como objetivo analisar a importância e as perspectivas das agências de desenvolvimento regional em um mundo cada vez mais integrado e diante das limitações do Estado assim como apresentar as estratégias e instrumentos utilizados para a consecução de seus objetivos. A primeira parte deste trabalho apresenta conceitos e idéias fundamentais para a compreensão do tema e na segunda parte é explorado o tema agências de desenvolvimento regional, suas estratégias e formas de atuação. A última parte analisa brevemente o histórico de atuação da SUDENE e a proposta de seu ressurgimento.

2 O Papel do Estado para o Desenvolvimento Econômico Regional

2.1 Região, Regionalismo e Regionalização

O conceito de região, essencial para o planejamento regional, é de difícil definição e varia de acordo com o campo de estudo ou objetivo de delimitação. Para Stöhr (1969) *apud* Haddad (1989, p.49), “o delineamento não passa de um exercício acadêmico, a menos que uma função, ou propósito específico, seja determinado. O espaço é um elemento contínuo e qualquer espaço parcial é uma simplificação seletiva, implicando um propósito ao incluir algumas coisas e excluir outras”. Segundo Ramirez (2001) a região pode ser identificada seguindo critérios geográficos, culturais, econômicos ou a partir de divisões institucionais históricas. Oliveira (1977) define região como espaço sócio-econômico onde uma das formas de capital (mercantil, industrial, financeiro) se sobrepõe sobre as demais.

À medida que dimensões, como identidade, cultura, coesão política e econômica, coincidem dentro de um espaço territorial determinado dando lugar a algum grau de demanda e mobilização do interesse regional impulsionado “desde abaixo”, o regionalismo torna-se presente. Assim, o regionalismo pode contribuir para a formação de coalizões desenvolvimentistas entre os diversos atores políticos de uma região. Mas, por outro lado, o

regionalismo também atua como aspecto inibidor de um projeto de desenvolvimento territorial quando este não se corresponde com a esfera econômica e histórico-cultural (RAMIREZ, 2001, p.13-14).

Quando a demanda e a mobilização de interesses regionais alcançam importantes níveis, o regionalismo pode levar a “regionalização” através da qual se constitui um sistema de governo regional. Este sistema pode assumir a forma de corpos políticos seletivos, sejam estaduais, provinciais, departamentais ou regionais, como ocorre no federalismo. Outra forma de regionalização é constituída pela descentralização administrativa do governo central através de secretarias ou escritórios regionais. Por último, o estabelecimento de agências de desenvolvimento regional que operam nos níveis intermediários entre o estado central e as regiões atuando com tarefas específicas em respostas a necessidades funcionais constituem casos de descentralização funcional.

2.2 Desenvolvimento Regional, o papel do Estado e os equivalentes de soberania

O desenvolvimento econômico de uma região é influenciado tanto por suas características naturais, sociais, culturais e institucionais quanto pela relação com outras regiões. Hirschmann (1958) trata deste último apontando seus aspectos positivos e negativos e propondo uma solução: os equivalentes de soberania.

Observemos, primeiro, as regiões. A sua vantagem consistia, em grande parte, em estarem mais expostas aos efeitos fluentes¹ e na capacidade de pedir auxílio à unidade maior na qual se interligam. A desvantagem parecia assentar principalmente no fato de estarem sujeitas aos efeitos de polarização², na incapacidade de desenvolver a produção para fins de exportação, na base de vantagem comparativa ou relativa e na falta de certos elementos políticos³, possivelmente criadores de desenvolvimento, inerentes de um modo geral, à soberania. A nação, tentando desenvolver as regiões atrasadas do seu território, deveria dotar estas regiões de certas equivalências que é a reação contra os sentimentos de desânimo e autodifamação, tantas vezes encontrados no Sul⁴ [...]. A necessidade desta concepção se fez sentir em vários países onde bancos e organizações de desenvolvimento regional foram criadas (HIRSCHMAN, 1958, p. 298-299).

Em relação ao sistema governamental, a mudança da capacidade de atuação do Estado pode ser entendida como reflexo e ao mesmo tempo componente do processo de globalização marcado por diversas transformações sobre o âmbito do sistema de governança política. A criação de regimes políticos supranacionais, como a União Européia e o papel cada vez mais preponderante de agências internacionais como a Organização Mundial do Comércio – OMC e o Fundo Monetário Internacional – FMI têm levado a rigidez na capacidade dos Estados

¹ Efeitos benéficos referentes à expansão dos mercados agrícolas e de matérias-primas utilizadas pelas indústrias da região em expansão

² Devido a facilidade na mobilidade de fatores (capital e força de trabalho)

³ Políticas macroeconômica e comercial, por exemplo.

⁴ Hirschmann utiliza o termo Sul para se referir às regiões atrasadas por observar que em muitos países desenvolvidos a região mais atrasada se localiza no sul geográfico.

Nacionais de gerenciar sua política macroeconômica, fiscal e comercial. Entretanto o Estado Nacional continua sendo alvo de demandas sociais e econômicas e, portanto, pressionado por suas diversas forças regionalistas. Porém, como consequência principal desse processo de transformações, o Estado Nacional deixou de ser o monopolizador dos vínculos externos das regiões e deixou em grande parte seu papel de mediador das influências externas sobre os espaços e economias regionais (RAMIREZ, 2001, p.25).

Por outro lado, a anulação da capacidade dos Estados Nacionais em buscar vantagens através de políticas macroeconômicas aumentou o peso das vantagens competitivas regionais. Assim, cada região deve buscar explorar e melhorar seus componentes de competitividade, possibilitando a atração, criação ou expansão de atividades produtivas, fortemente ligadas ao componente territorial, competitivas no mercado global.

Diversas regiões do mundo desenvolvido estão tendo êxito em assimilar tais características centrais do capitalismo da globalidade e estão explorando-as de forma progressiva a partir do desenho de modalidades próprias e diferenciadas de desenvolvimento, transformando-se assim em economias de forte base territorial insertas em economias de fluxos internacionais. Este tipo de ‘assimilações’ virtuosas representam o desafio estratégico para uma política de desenvolvimento produtivo e competitividade regional. De forma geral, trata-se de estratégias ativas que operam em variadas frentes (institucional, empresarial, trabalhista, financeira, tecnológica, educativa, política e normativa), tratando de desencadear uma série de efeitos que sejam acumulativos e auto-suficientes (RAMIREZ, 2001, p.21, tradução nossa).

3 As Agências de Desenvolvimento Regional

A crescente desigualdade entre regiões dentro de um mesmo país e a busca por meios que propiciassem as regiões de uma maior capacidade de atuação para o seu desenvolvimento econômico (via equivalentes de soberania) foram as bases para o surgimento das Agências de Desenvolvimento Regional - ADR's a partir da segunda metade do século XX. Somado a tudo isto, outro fator primordial para a constituição dessas instituições foi a necessidade da incorporação de uma visão de longo prazo para a estratégia de desenvolvimento regional. A transferência de grande parte da gestão e do gerenciamento da agenda dos programas de desenvolvimento econômico para instituições como agências de desenvolvimento garantiria seu distanciamento das conjecturas política do dia-a-dia e asseguraria, portanto, um horizonte de longo prazo.

Assim, a atuação de ADR's como indutores de desenvolvimento é vista como benéfica. Isso ocorre devido à proximidade com as instituições, empresas e sociedade regional e em decorrência dessa proximidade, maior grau de compromisso desses atores; aproveitamento do conhecimento destes atores regionais sobre as problemáticas e prioridades na elaboração e implementação das políticas; redução dos níveis de complexidade

institucional da Administração Pública e dos custos de informação e coordenação e; maior capacidade de flexibilização de programas nacionais adequando-os ao contexto regional (RAMIREZ, 2001, p. 54-55). As estratégias utilizadas e as formas institucionais das ADR's têm apresentado grandes variações entre os diversos países e ao longo do tempo. As seções seguintes apresentam e discutem estas variações.

3.1 Estratégias e instrumentos das agências de desenvolvimento regional

Segundo Keating (1998) as ações voltadas ao desenvolvimento regional devem buscar a geração e o desenvolvimento de vantagens competitivas endógenas buscando dotar a região com a produtividade, as capacidades e competências para a inserção e competição no mercado internacional. Assim verifica-se a preocupação para que as regiões sejam capazes de crescer e gerar renda continuamente ficando livres da necessidade de transferências constantes de recursos por parte do governo central. Os instrumentos para a atuação das agências de desenvolvimento regional podem ser dirigidos diretamente às empresas, à rede de empresas e para a formação de redes inter-regionais. Para a seleção das empresas e setores a serem alvos diretos de ação das ADR's deve ser verificado a capacidade destes na geração de externalidades positivas.

Assim, as ações de desenvolvimento regional devem buscar a formação dessas redes de empresas através das diferentes etapas da cadeia de valor, ou seja, políticas voltadas para o fortalecimento de *clusters*. A formação de redes de empresas possibilita

o desenvolvimento de economias de especialização e variedade, a redução dos custos de transação e incertezas de mercado e o desenvolvimento de projetos de risco compartilhado (como pesquisa e desenvolvimento, promoção e comércio internacional) através de políticas cooperativas e complementares dentro de um ambiente competitivo (RAMIREZ, 2001, p.35, tradução nossa).

Por último, a formação de redes inter-regionais com vistas ao aproveitamento de vantagens de escala e logística é outro importante canal para a construção de infra-estrutura como portos e estradas; para a promoção do marketing regional ou para a promoção de cooperação entre firmas de diferentes regiões. Assim podemos citar os seguintes instrumentos ou modos de ação das agências de desenvolvimento:

- o fornecimento de empréstimos, subsídios ou a promoção do acesso ao capital através de capital de risco, por exemplo;
- a busca por investidores estrangeiros através da divulgação dos potenciais da região e concessão de vantagens como incentivos fiscais e cessão de terrenos;
- a qualificação através de treinamento de funcionários ou gestores de empresas;

- a criação e melhoria da disponibilidade e qualidade de fatores de produção e/ou da infra-estrutura da região: redes de telecomunicações, instalação elétrica, implementação de estradas, etc;
- a prestação de assistência técnica, serviços de consultoria e assessoria para empresas ou empreendedores através de centros de serviços;
- o estímulo ao empreendedorismo através de programas educacionais, por exemplo;
- a promoção e apoio a empresas nascentes, como por exemplo, através de incubadoras;
- a promoção do contato e do relacionamento entre firmas e setores da mesma região através de centros de negócios;
- a articulação entre as firmas para ações de marketing conjuntas;
- a criação e o desenvolvimento de parques e distritos industriais.

O mix dos instrumentos utilizados pelas ADR's é influenciado pela estratégia que a política regional propõe para a economia. Essa estratégia pode ser o aproveitamento de vantagens de custos, da qualidade dos fatores ou da economia de aprendizado regional. A estratégia de baixo custo é uma estratégia reativa e aceita a divisão internacional do trabalho buscando atrair investimentos com o oferecimento de vantagens baseadas nos baixos custos de salários da mão-de-obra regional, dos tributos e de regulação. A construção institucional nas regiões que seguem essa estratégia é muito baixa e as regiões estão expostas a serem substituídas por outras regiões com custos mais baratos. Além disso, essa estratégia explora os ativos (infra-estrutura, educação e serviços públicos) existentes sem buscar o re-investimento nesses ativos para o futuro. Para o seguimento das outras estratégias, o grande desafio que se apresenta para muitas regiões é a necessidade de mobilizar diversos recursos humanos, financeiros, tecnológicos e logísticos, nem sempre disponíveis ao nível regional; surgindo como meio para a superação deste desafio a atração de investimentos diretos estrangeiros ou nacionais e/ou recursos do Governo Central.

As políticas regionais têm mudado seu foco de atuação em decorrência das muitas discussões sobre a eficácia e eficiência de certos tipos de políticas, notadamente keynesianas, praticadas na segunda metade do século XX. Essas políticas foram pensadas e implementadas “de cima para baixo” e basearam-se principalmente em instrumentos “padronizados”, visando em muitos casos à criação de pólos de crescimento, como inversões públicas em infra-estrutura e garantias e incentivos para a instalação de firmas, geralmente manufatureiras de grande tamanho (RAMIREZ, 2001, p. 16). Amim (1999) *apud* Crocco (2004, p.31) aponta que a ineficácia dessas políticas padronizadas dirigidas para as firmas “falharam em

estabelecer um processo auto-sustentado de crescimento baseado na mobilização de recursos locais por privilegiarem setores não endógenos e firmas de propriedade não local”.

Para Solari (2004, p.60) - que discute as agências de desenvolvimento da Itália - as políticas de atração de investimentos através de subsídios a custo das terras ou a financiamentos não têm demonstrado sucesso. Para Solari, estas ações geram problemas de seleção adversa por parte do investidor além de atrair investimentos com pouca capacidade indutiva. Além disso, ao instalar a produção em locais onde não aproveita de externalidades positivas, como trabalho qualificado e demanda crescente que aproveitaria em locais mais desenvolvidos, a firma enfrenta problemas de baixa produtividade que compensam os benefícios oferecidos pelas agências. Isto leva a pressões constantes por mais incentivos monetários. Roberts; Lloyd; Greg (2000, p.77) argumentam que através de pesquisas foi constatado que muitas das empresas que se re-localizaram devido a estes tipos de atrativos tendem a se re-localizar de novo. Essa disputa por investimentos entre as regiões baseada nestes instrumentos pode ir além de um jogo de soma zero e chegar a uma soma negativa onde todas as regiões perdem (RAMIREZ, 2001, p.39). Por último, a utilização de muitos instrumentos antigos vem sendo restringida pelas regulações da União Européia, como, por exemplo, a venda de terras abaixo do preço de mercado. Em decorrência disto, o fornecimento de bens públicos tem sido um dos principais esquemas para a criação de vantagens locais.

Por outro lado, a nova abordagem para o desenvolvimento econômico, denominada *novo regionalismo*, apresenta grande convergência com os conceitos de competitividade regional pois privilegia a promoção das condições de oferta (infra-estrutura, qualificação) e a base institucional e social dos agentes regionais. Essa nova proposta de foco para as ADR's decorre do processo de globalização e da perda da importância de fatores como recursos naturais, mão-de-obra barata e localização somada ao abandono das políticas keynesianas que tem colocado em voga a necessidade do fortalecimento da *densidade institucional* como fator de competitividade (AMIM; THRIFT, 1994 *apud* RAMIREZ, 2001, p.44). A existência e a importância de associações comerciais, sindicatos, associações e federações de empresas, centros de P&D, entidades de educação e centros de serviços empresariais e a capacidade de articulação entre estes para a cooperação constituem a *densidade institucional* regional. Mas como esta articulação só pode ser alcançada por meio do reconhecimento institucional e do contato baseado em regras, convenções e tradições compartilhadas por agentes do território, constituem, portanto, ativos relacionais (*relational assets*) ou interdependências não comerciais (*untraded interdependencies*). Através do fortalecimento desses ativos, busca-se a

criação e melhoria da capacidade inovativa da região que é vista como única vantagem competitiva duradoura.

Mas a abordagem ligada ao novo regionalismo e aos conceitos de competitividade regional é criticada por autores como Webb e Collis (2000, p.863) por desconsiderar ou subestimar o processo de desequilíbrios constantes intrínsecos ao capitalismo como também as contingências temporais e geográficas em que o mundo opera (CROCCO, 2004, p.32). Outra crítica aponta que o direcionamento excessivo das estratégias para os negócios e a busca por ganhos de competitividade vem deixando no segundo plano objetivos sociais e a preocupação com questões relacionadas a sustentabilidade do desenvolvimento. (WEBB; COLLIS, 2000, p.859). Contudo,

embora se trate de aspectos que nunca estiveram ausentes das políticas tradicionais de desenvolvimento regional, a questão da eficiência e da competitividade passa a ter uma posição estratégica no tratamento da problemática regional mais recentemente, quando, num contexto mais geral, o processo de globalização e a proposta de inserção competitiva da economia nacional na economia mundial passam a exigir das políticas não só a ampliação da base econômica mas a montagem de uma estrutura produtiva que possa ganhar mercado num contexto cada vez mais competitivo (ARAÚJO, 1999, p.22).

3.2 Formas institucionais

A capacidade de execução de instrumentos e ações será moldada pela forma institucional que a ADR se constitui. A denominação “agência de desenvolvimento regional” abrange um espectro muito grande de instituições e pode se referir a órgãos totalmente públicos, privados ou a instituições formadas através de parceria entre os dois setores.

Cabe também a diferenciação entre agências de desenvolvimento e bancos de desenvolvimento –BD’s como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB. Diamond (1961, p.21) mostra que a definição de banco de desenvolvimento é larga e que “essas instituições assumiram formas tão diversas, que apesar de frequente similaridade de denominações, na maioria dos casos são pouco semelhantes e muitas vezes quase nada apresentam em comum” Mas pode-se adotar, para fim de conceituação, a definição da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE (1983, p.12) para os quais estas entidades são “órgãos do governo que visando a promover o desenvolvimento, atuam financiando projetos de iniciativa privada ou de infra-estrutura de apoio com recursos repassados dos diversos organismos de fomento da área federal e estadual”. Segundo a ABDE, os Bancos de Desenvolvimento executam a tarefa de repassar regionalmente os recursos de vários órgãos ligados ao governo ou fundos específicos. Entretanto, “[...] as decisões sobre os financiamentos não são decisões isoladas dos BD’s, mas sim relacionadas com as decisões daqueles órgãos, e dependentes deles”

(ABDE, 1983, p.12). Assim, as agências de desenvolvimento se diferenciam dos bancos de desenvolvimento por possuírem uma gama maior de serviços e atividades dirigidas às empresas, além de terem um papel de planejamento, articulação e/ou coordenação de políticas econômicas. Muitas vezes, os bancos atuam como entidades de execução dos programas das agências e operam também seus recursos financeiros na atividade de financiamento às empresas ou obras de infra-estrutura, como é o caso da relação do Banco do Nordeste com a SUDENE.

Na Europa, as agências de desenvolvimento já estão presentes em inúmeras regiões e assumem diversas formas, sendo que a *European Association of Development Agencies - EURADA*, organização não governamental, conta com aproximadamente 150 ADR's associadas em 25 países da Europa Ocidental, Central e Oriental. A EURADA estabelece como critério de definição que as ADR's são organizações que tem, i) uma missão de desenvolvimento econômico abrangendo interesses econômicos globais de uma zona geográfica; ii) laços significantes com uma autoridade local tanto do ponto de vista de seu financiamento ou dos seus objetivos; e iii) uma área geográfica de trabalho suficientemente importante e relevante.

Verifica-se tanto na Itália quanto em Portugal uma grande diferença quanto ao tamanho e capacidades das agências, seus principais instrumentos utilizados e a forma institucional (pública ou privada). Solari (2004, p.61) destaca que as agências com *status* público estão em melhores condições de suprir bens públicos já que estes são difíceis de serem vendidos e portanto, gerar receita (fator que leva mais importância para as agências privadas).

Quanto à forma de financiamento de suas atividades, as ADR's utilizam fundos do governo central, transferências dos governos regionais e receitas geradas através da prestação de serviços ou da venda de áreas com infra-estrutura para a instalação de empresas. Além disso, as agências de desenvolvimento das regiões européias podem se candidatar para receber transferências do *European Structural Funds* (SOLARI, 2004, p.65-66). A participação de cada fonte de receita varia de modelo para modelo. Por exemplo, as ADR's portuguesas devem ser totalmente auto-sustentáveis e não possuem nenhuma provisão garantida de acesso a algum fundo do setor público. Para Syrett e Silva (2001, p.177, tradução nossa), isto leva ao grande risco das ADR's tornarem-se apenas organizações de consultoria onde a "necessidade de gerar renda torna-se precedente em relação a objetivos gerais de desenvolvimento e implementação de uma estratégia econômica regional".

Combinado com raízes de amplo alcance em instituições da sociedade civil, setores público e privados, as ADR's também possuem um grau de flexibilidade em operações como entidades não-públicas que tradicionalmente falta às instituições de Estado em Portugal. Dada a forte tradição do clientelismo estatal em Portugal, as ADR's são unânimes na sua visão de que devem manter esta autonomia. Porém o reconhecimento que o Governo Central ainda é a principal fonte de poder para as atividades baseadas regionalmente assegura a necessidade de desenvolver relacionamentos de trabalho com a administração central. O desafio para as ADR's será desenvolver relações fortes com o governo central, porém mantendo-se fora de flutuações do poder político resultantes de mudanças de governo ou ministeriais, que continuam afetar de forma adversa muitas agências em Portugal (SYRETT; SILVA, 2001, p.178, tradução nossa).

No Brasil existe também diversa gama de variações institucionais de agências de desenvolvimento de caráter público (ligada ao governo federal, estadual ou municipal) ou de caráter privado. Podemos citar, como exemplos, a Agência de Desenvolvimento de Pernambuco, ligada ao Governo Estadual, e a Agência de Desenvolvimento de Campo Grande, ADR ligada ao Governo Municipal. Ambas, buscam a aproximação com o empresariado visando o desenvolvimento de arranjos produtivos locais e atração de investimentos. A Agência de Desenvolvimento do Grande ABC (que abrange sete municípios paulistas) é um exemplo de ADR constituída como organização não-governamental que procura estabelecer a articulação entre empresas, governo e universidades para o desenvolvimento regional. Sua ligação com o setor público se dá pela participação do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC – instituição que representa as sete prefeituras da região. A Pólo RS (ADR do Rio Grande do Sul) também é constituída como organização não-governamental e foi inspirada nas ADR's da Irlanda. A Pólo RS também estimula e apóia, através da transferência de conhecimento, a criação de Agências de Desenvolvimento para regiões e municípios do Estado. Como ADR's ligadas ao Governo Federal podemos citar as extintas SUDAM e SUDENE (hoje substituída pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE). Percebe-se então que:

As variações operacionais tem refletido e continuam a refletir um número de fatores incluindo: o regime político e cultural evidente em uma região ou nação individualmente; a performance relativa da região em atrair investimento ou ampliar sua base econômica; a ausência ou presença de outras autoridades, organizações e órgãos na região; e as funções que a organização ou agência pretendem ter (ROBERTS; LLOYD, 2000, p.75, tradução nossa).

Além disso, conclui-se que a capacidade da agência de se relacionar com o setor público, o setor privado e as diversas instituições da região constitui fator decisivo para as ADR's. As ADR's devem atuar buscando o desenvolvimento nos atores regionais de uma consciência mútua ou de um sentido de pertencimento a um projeto regional (RAMIREZ, 2001, p.44). Devido a isto, os organismos políticos responsáveis pelo desenvolvimento regional devem contar com um corpo técnico com alto nível de qualificação mas também um corpo gerencial capaz de escutar as empresas e organizações da sociedade civil e promover o consenso ou nível de comprometimento para a implementação da estratégia de

desenvolvimento (RAMIREZ, 2001, p.48). Ao mesmo tempo, os gestores das ADR's devem se atentar para que não surja rivalidade entre a ADR e outras instituições (como câmaras de comércio ou centros de serviços empresariais) que cumprem certas ações de seu escopo.

A implementação de uma estratégia de desenvolvimento econômico regional também pode ser dificultada pela classe política dominante ao se sentir ameaçada em perder seu capital político, que consiste em captar recursos do Governo Central e distribuí-lo através de redes clientelistas (RAMIREZ, 2001, p.49). Outro importante desafio para as ADR's aparece quando a nova estratégia visa alterar a base econômica tradicional e o a sua implementação precisa do apoio de setores produtivos existentes. North (1977, p.300) já advertia que as atenções e políticas tendem a ser direcionadas para a base econômica tradicional. Esta questão torna-se mais contundente se a ADR é privada e, portanto tem dependência financeira de seus *stakeholders* que são geralmente os principais agentes produtivos da região.

O risco de superposição e duplicação de programas e serviços, de incapacidade técnica, administrativa e gerencial no âmbito regional e as “disputas cegas” entre as regiões ou entre agências locais e nacionais constituem os principais problemas referentes à descentralização das políticas através das ADR's. Para resolver isto, há a necessidade da coordenação das Agências por parte do Governo Nacional ou outra instituição de caráter nacional que assegurem que as economias de escala e variedade sejam alcançadas como também antecipem ou controlem rapidamente possíveis externalidades negativas (RAMIREZ, 2001, p.56).

Contudo, o fato do Estado Nacional ainda se incubir de uma coordenação e da regulação das ADR's através de leis e de participarem da definição estratégia leva a vários questionamentos sobre a veracidade da autonomia prevista para as ADR's. Webb e Collis (2000, p.861), que tratam das ADR's inglesas, argumentam que o governo central apresenta muita influência sobre as ADR's e a governança regional vem muito mais “de cima” do que “de baixo”. O governo central prescreve os objetivos e funções das ADR's e escolhem seus gestores que devem prestar contas de suas ações ao Governo Central. Além disso, o desenvolvimento de estratégias únicas por parte das ADR's é impedido pelas linhas de atuação definidas pelo governo central. Para Webb e Colis (2000, p.861), as ADR's são voltadas muito mais para a implementação de programas e políticas nacionais do que para o desenvolvimento autônomo da região. Portanto, a criação e a execução de políticas via ADR enfrentam grandes dificuldades apesar das vantagens e dos benefícios potenciais para a região.

4 A importância da SUDENE e suas perspectivas

4.1 O surgimento da SUDENE

Segundo Oliveira (1977, p.35), o Nordeste aparece como “região” em meados do século XIX como decorrência do surgimento de outra “região”, a do café, e em diferenciação a esta. A partir de então, a cana-de-açúcar já decadente perde espaço para o algodão e a pecuária, mas o Nordeste se distancia, em termos de condições econômicas, cada vez mais do Centro-Sul. As características climáticas e os frequentes períodos de estiagem são vistos como causas dos problemas nordestinos. Já na Época do Império, o Governo Central passa a despender vários recursos emergenciais para a região e na República um departamento de obras especializado no tema da seca nordestina é criado em 1909, o Departamento Nacional de Obras contra a Seca – DNOCS. Já na década de 1950, o Nordeste ganha maior atenção devido à grande seca de 1952, ao surgimento das Ligas Camponesas apoiadas por setores da Igreja Católica e à influência eleitoral local de partidos opositores ao Governo Federal (OLIVEIRA, 1977, p.62). Em 1952, surge o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, primeiro banco estatal de desenvolvimento regional no país (DIAS, 2002, p.8). Em 1959, fruto do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste -GTDN liderado por Celso Furtado, é criada a SUDENE contando com grande apoio dos parlamentares do Centro-Sul e grande oposição entre os parlamentares nordestinos e de políticos ligados ao DNOCS. (OLIVEIRA, 1977, p.102). A necessidade de conciliar interesses para que as estratégias pudessem ser executadas contrastava com a necessidade de coibir o clientelismo e conservadorismo de algumas forças estaduais. Assim, o Conselho Deliberativo, órgão político da nova entidade, era formado pelos ministros e pelos governadores dos estados da região, o que dava maior peso político ao Governo Federal (SANTANA, 1990, p.14,125). A SUDENE surgiu com as atribuições de planejamento, coordenação das políticas federais no Nordeste, cooperação e assistência a outros órgãos e execução de políticas. A vinculação direta ao Presidente da República lhe concedia grande autoridade e a excepcionalidade administrativa lhe garantia certa autonomia (SANTANA, 1990, p.23). A SUDENE passou então a administrar o Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR que era operado pelo Banco do Nordeste. A área de atuação da entidade abrangia além dos estados da Região Nordeste, a zona semi-árida no Norte de Minas, vista como tendo características homogêneas em termos de clima e estrutura produtiva.

Ao longo da década de 1970, a SUDENE sofreu um esvaziamento de sua função coordenadora que junto com o esvaziamento financeiro do BNB levou a limitação da autonomia de ação e a capacidade inovadora desses órgãos regionais (HOLANDA, 1979,

p.112). Concomitantemente a isto, “perdiu sua ligação direta com o Presidente da República, quando passou a se vincular a um Ministério, teve reduzida sua autoridade e poder decisório” (SANTANA, 1990, p.29). Em 2001 após uma série de denúncias quanto à existência de corrupção na SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, o Governo Federal extinguiu todas as superintendências de desenvolvimento regional, incluindo a SUDENE que foi substituída pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. Desde então, políticos, empresários, acadêmicos e membros da sociedade civil da região Nordeste têm clamado pelo ressurgimento da entidade. Em 2003 um grupo interministerial coordenado pelo Ministério da Integração Nacional foi nomeado visando à reestruturação da nova SUDENE.

4.2 As ações da SUDENE

A baixa produtividade da agricultura de subsistência, apontada como fonte dos problemas regionais fortaleceu a idéia da necessidade de integração da população a economia de mercado. Assim, a SUDENE estabeleceu como objetivo a industrialização da região e determinou como estratégia o desenvolvimento econômico autárquico com a consoante substituição das importações inter-regionais. Para isso,

no início dos anos 60, a SUDENE concentrou esforços e recursos federais na realização de estudos e pesquisas sobre a dotação de recursos naturais do Nordeste (em particular de recursos minerais) e na ampliação da oferta de infra-estrutura econômica (transportes e energia elétrica, sobretudo). (ARAÚJO, 2002, p.4)

Mas a limitação do mercado regional imporia restrições ao tamanho das unidades produtivas e restringiria em algum ponto o processo de industrialização. Devido a isto, os custos iniciais relacionados aos investimentos deveriam ser compensados. O mecanismo adotado se deu através da ação do BNB como banco de desenvolvimento e da redução do imposto de renda para pessoas jurídicas. Assim, há relativo fechamento da economia do Nordeste em termos de trocas inter-regionais entre 1960 e 1966. (DIAS, 2002, p.9-10).

O processo de desenvolvimento autárquico é considerado inviável e abandonado pela SUDENE que passa a traçar uma estratégia baseada na complementaridade à economia do eixo hegemônico. Neste processo, as indústrias de bens intermediários, produtoras de insumos, recebem a maior parte dos recursos provenientes do sistema 34/18 FINOR (ARAÚJO, 2002, p.9). Outros traços marcantes foram a quase exclusão das pequenas e médias empresas dos programas de incentivo, a predominância das empresas filiais, controladas por empresas de fora da região, e a tendência de que as empresas principais no Nordeste já fossem as principais no Brasil, acarretando um processo de homogeneização monopolística setorial (DIAS, 2002, p 10; OLIVEIRA, 1977, p.116). Isso levou a uma menor

vinculação do capital produtivo industrial com a economia regional marcada pela menor geração de efeitos para trás (DIAS, 2002, p.16).

Mas cabe ressaltar, que as empresas públicas também tiveram um grande papel na realização de investimentos, principalmente na década de 1970, como a PETROBRÁS, que comandou a instalação do pólo petroquímico de Camaçari – BA, e a Cia Vale do Rio Doce, que implementou o complexo de Carajás com parte dos investimentos localizando-se no Maranhão. “No total da formação bruta de capital fixo, contabilizado pelo IBGE/FGV que inclui investimentos da Administração Pública e das empresas do Governo, verifica-se que a posição do Nordeste como região recebedora de recursos passou de 13% do total nacional para 17% em 1985” (ARAÚJO, 2002, p.10). Em relação à agropecuária, a SUDENE pretendia a constituição de órgãos de pesquisa especializados capazes de desenvolver técnicas e prestar assistência que viabilizassem o desenvolvimento da pecuária em forragens arbóreas adaptadas e a modernização agrícola. (DIAS, 2002, p.11; SANTANA, 1990, p.15).

4.3 Os resultados alcançados

As transformações econômicas e sociais vividas pelo Nordeste após a criação da SUDENE foram notáveis. As atividades urbanas ganharam maior importância, a participação da indústria na composição do PIB passou de 22,1% em 1960 para 24,8% em 1988, a do setor de serviços passou de 47,5% para 60,9% enquanto que a agropecuária reduziu sua participação de 30,4% para 14,3% (SANTANA, 1990, p.82).

A Região Nordeste foi a que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB no Brasil durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do País em cerca de 10%; e, entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu, em média, 6,3% ao ano (ARAÚJO, 2002, p.4). Mas cabe salientar que a “dinâmica regional tendeu a acompanhar as oscilações cíclicas da produção total do país” (ARAÚJO, 2002, p.5). De fato, o Nordeste passou a ter um peso maior na economia nacional tendo sua participação no PIB Brasileiro saltado de 12,6% em 1970 para 15,8% em 1987 (ARAÚJO, 2002, p.5).

Verifica-se também que o crescimento econômico acarretou a melhoria dos indicadores sociais regionais e a redução das disparidades entre os estados da região. Isto é mostrado pela evolução da fração do índice de Desenvolvimento Humano da Região Nordeste quando comparado com o Brasil que saltou de 0,43 em 1960 para 0,6 em 1980 e 0,74 em 1996 (DIAS, 2002, p.18).

Diante desse processo transformador ocorrido ao longo das décadas, surgiram no Nordeste vários pólos dinâmicos de crescimento, com diferenciações quanto à atividade

produtiva base, como o pólo têxtil e de confecções em Fortaleza, de serviços (consultoria, marketing, seguros) no Recife e o pólo petroquímico de Camaçari cujos efeitos indiretos transbordam para a região metropolitana de Salvador onde o setor de construção civil e os serviços financeiros apresentam grande expansão (ARAÚJO, 2002, p.18-19). A produção industrial articula-se principalmente com o Sudeste, do qual consome serviços e para qual vende grande parte da produção devido às indústrias incentivadas serem principalmente de bens intermediários (ARAÚJO, 2002, p.21-22). A pauta dos produtos exportados para o resto do mundo também se modificou passando a ser composta cada vez mais por produtos semi-manufaturados e manufaturados mas, entretanto, a participação do Nordeste no total das exportações brasileiras diminuiu, de 20% (em 1960) para 7,4% em 1997-1998. (ARAÚJO, 2002, p.25; BRASIL, 2003, p.30). Contudo, quando visto no contexto nacional, o Nordeste surge como “região-mercado” sobretudo para o Sudeste (ARAÚJO, 2002, p.26).

A agropecuária também se modernizou com o desenvolvimento de áreas de agricultura irrigada no Vale do São Francisco (BA e PE) e no Vale do Açu (RN) e de cultivo da soja no oeste baiano e sul do Maranhão e Piauí com grande parte da produção destinada ao mercado externo (ARAÚJO, 2002, p.24).

Mas os avanços não foram homogêneos e no Nordeste convivem áreas com estruturas modernas e dinâmicas com áreas e segmentos econômicos tradicionais.

Dessa perspectiva, pode-se falar de “vários nordestes”; do Nordeste do Oeste baiano e do Nordeste canavieiro do litoral do Rio Grande do Norte a Alagoas; do Nordeste agroindustrial do submédio São Francisco e do Nordeste cauaieiro do sul baiano; do Nordeste minero metalúrgico e agroindustrial do Maranhão e do Nordeste semi-árido, dominado pelo tradicional complexo gado/agricultura de sequeiro, etc. (ARAÚJO, 2002, p.38)

Dentre os principais limitadores do desenvolvimento nordestino destacam-se a grave concentração fundiária e a exorbitante desigualdade de renda que restringe o mercado interno e o nível médio de educação da população ainda baixo que prejudica a produtividade da economia (BRASIL, 2003, p.19-21).

Embora tenham ocorrido avanços, o PIB *per capita* do Nordeste continua muito abaixo da média nacional, como mostra o gráfico a seguir.

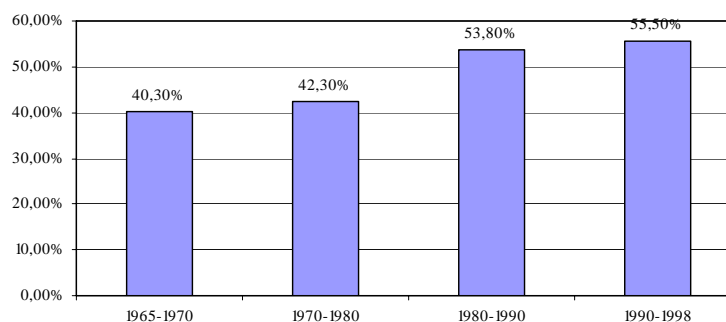


GRÁFICO 1: PIB per capita do Nordeste em relação ao PIB per capita do Brasil

Fonte: Brasil, 2003, p.18.

Os fatores de atração do Nordeste tem sido a mão-de-obra abundante e barata somada a possibilidade de flexibilização das relações de trabalho por parte das empresas que se relocalizam (ARAÚJO, 1999, p.7).

4.4 A nova SUDENE

A estrutura da entidade proposta pelo documento elaborado pelo Grupo Interministerial em 2003, “Bases para a recriação da SUDENE: por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste”, mostra grande semelhança com a estrutura antiga. As principais diferenças nesse aspecto são a vinculação da SUDENE ao Ministério da Integração Nacional, a participação de um representante dos prefeitos e seis representantes do setor produtivo (três trabalhadores e três empresários) no Conselho Deliberativo, a existência de uma Secretaria Executiva e a previsão de criação de Comitês designados pelo Conselho Deliberativo para a tomada de decisões operacionais das estratégias do Conselho. O mandato do dirigente principal da Secretaria Executiva, cuja escolha deverá ter chancela do Senado Federal, terá tempo determinado. A SUDENE exercerá o papel de órgão planejador, indutor e apoiador de iniciativas de desenvolvimento regional e articulador de instituições nacionais, sub-regionais e locais para o desenvolvimento do Nordeste (BRASIL, 2003, p.48).

Os estudos mais recentes sobre desenvolvimento econômico regional parecem ter sido incorporados na proposta de atuação da nova SUDENE. Dentre os objetivos propostos, a preocupação com criação de externalidades que promovam a competitividade sistêmica capaz de garantir uma inserção benéfica no comércio internacional está presente (BRASIL, 2003, p.34).

Assim, a preocupação com a capacidade de inovação e aprendizagem, a difusão tecnológica e o estímulo à rede de empresas assumem grande importância na nova estratégia. As pequenas empresas, anteriormente desprestigiadas, receberão grande atenção e até serão

priorizadas para o apoio via instrumentos de financiamento oficiais. A qualificação de empreendedores e gestores também ganha maior importância (BRASIL, 2003 p.34-54).

A heterogeneidade entre as sub-regiões do Nordeste é reconhecida e a nova proposta estabelece “a perspectiva sub-regional como a maneira mais adequada e realista de se tratar a questão regional, sem, no entanto, deixar de considerar as relações das sub-regiões entre si e com o todo representado pela macro-região nordestina” (BRASIL, 2003, p.26). Além disso, a sub-região semi-árida, a zona do litoral e da mata e a sub-região dos cerrados deverão receber tratamento prioritário.

Os instrumentos a serem utilizados são de forma sintética: o apoio à competitividade sistêmica através da ampliação de infra-estrutura – energia, transporte, comunicações, recursos hídricos e saneamento básico ambiental -, de investimentos em recursos humanos e criação de um ambiente favorável à inovação e difusão tecnológica, do apoio indireto às empresas via instrumentos especiais de financiamento e o de apoio direto às empresas via instrumentos fiscais (como isenção de parte do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas - IRPJ, Imposto sobre Produto Industrializado – IPI, Imposto sobre produtos importados referentes a bens de capital) (BRASIL, 2003, p.53).

Os recursos para a implementação das ações da SUDENE serão orçamentários, decorrentes de fundos constitucionais e através de negociações políticas, com a inclusão dos seus projetos nos planos plurianuais e anuais da união e dos governos estaduais. Para a consecução do apoio via instrumentos de financiamento a proposta prevê a criação de fundos como o fundo de cooperação público/privada para a promoção da inovação, o fundo de parceria e o Fundo de Capital de Risco e de aval para Empresas de Alta Tecnologia.

Cabe destacar:

Os recursos a serem destinados diretamente à nova SUDENE, para a promoção do desenvolvimento regional devem começar situando-se, anualmente, em torno de R\$ 2 bi anuais (quase o triplo do valor destinado ao Fundo da ADENE, que em 2003, situa-se em torno de R\$ 670 milhões), crescendo à medida que a crise fiscal for sendo atenuada (BRASIL, 2003, p.57).

Por último, a questão social aparece de forma nítida na base da estratégia da nova SUDENE que tem como um dos objetivos-meio a distribuição de ativos estratégicos e a universalização do acesso às políticas públicas e como objetivo-fim a promoção da inclusão social (BRASIL, 2003, p.33).

A proposta, portanto, para o Nordeste, é a de uma nova política regional, comprometida com a construção do desenvolvimento sustentável. Ela objetiva a eficácia social como referencial finalista e critério valorativo da eficiência econômica, condição, por sua vez, da inserção ativa da base produtiva da Região na dinâmica dos mercados nacional e mundial. A busca principal não é por taxas crescentes de crescimento da produção (que deve ser vista como meio e não como um fim), mas pela geração, para milhões de nordestinos, de oportunidade de

inserção digna na vida produtiva, social, cultural e política do país (BRASIL, 2003, p.7).

5 Considerações Finais

A criação e atuação da SUDENE se deu em um ambiente marcado pela ausência de uma aliança regionalista de agentes empresariais e institucionais locais comprometidos com o desenvolvimento econômico da região. Assim, a SUDENE surgiu e atuou a partir do Governo Federal, ou seja, de “cima para baixo”.

Nos tempos atuais, como decorrência do processo de globalização e de alterações quanto ao papel do Estado, as novas políticas regionais adotadas a partir da atuação das ADR's têm privilegiado a formação e a solidificação de redes de empresas de porte médio e pequeno e o fortalecimento da densidade institucional. Deste modo, cada vez mais, as estratégias e ações devem ser tomadas a partir dos agentes locais, ou seja, de “baixo para cima”.

Assim, embora a proposta da nova SUDENE tenha incorporado os novos conceitos como rede de empresas para o aprendizado regional e a capacidade de inovação, vistos agora como fontes de vantagens competitivas duradouras, a enorme abrangência geográfica representa um grande desafio, visto que as ADR's na Europa e Estados Unidos têm uma área de atuação muito menor. Além disso, a nova SUDENE enfrentará desafios como abranger áreas com grandes diferenças, de intensidade maior que há quarenta anos atrás, e que muitas vezes pouco se articulam. Estas áreas têm interesses próprios e em algumas delas seus agentes locais já constituíram corpos institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico como a Agência de Desenvolvimento de Pernambuco e a Agência de Desenvolvimento de Salvador. Portanto, a nova SUDENE deverá articular-se com estes organismos e zelar para que não surjam rivalidades e duplicação de esforços.

Quanto ao aspecto nacional, o Estado Federal deve assumir sua responsabilidade a fim de que não surjam rivalidades entre regiões que levem a disputas cegas.

Por último, apesar de estimuladas em vários países, cabe destacar que as ADR's, ainda mais quando formadas principalmente a partir de instituições privadas, tendem a relegar ao segundo plano a questão social referente à distribuição de renda. Além disso, as ADR's, mesmo as públicas, não podem ser consideradas como instrumentos suficientes para a prosperidade da sociedade, pois seu escopo de atuação também é limitado.

Contudo, mesmo considerando suas limitações intrínsecas ao seu aspecto institucional, verifica-se que as ADR's podem atuar desempenhando um importante papel para a sociedade ao contribuir para a formação ou o fortalecimento de sua base econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO GRANDE ABC. Disponível em: <<http://www.agenciagabc.com.br/>>. Acesso em: 16 maio 2005.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/index3.htm?canal_id=431>. Acesso em: 16 maio 2005.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/frames/index_addiper.htm>. Acesso em: 16 maio 2005.

AMIN, A. **An Institutional Perspective on Regional Economic Development**. International Journal of Urban and Regional Research. Vol. 14, n.3, 1999 *apud* CROCCO, Marco. **Desenvolvimento Regional na Itália no Século XX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, jul. 2004.

AMIN, A.; THRIFT, N (Ed.) **Globalization, institutions and regional development in Europe**. Oxford University Press, 1994 *apud* RAMIREZ, Leandro Sepúlveda. **Construcción regional y desarrollo productivo en la economía de la globalidad**. Buenos Aires: Oficina de la CEPAL, set. 2001. (Serie Estudios y perspectivas). Disponível em: <www.cepal.org>. Acesso em: 15 nov. 2004.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste ?**. 2002 . Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.html>>. Acesso em: 18 maio 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. 1999. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte011.html>>. Acesso em: 18 maio 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS DE DESENVOLVIMENTO. **Bancos de desenvolvimento: modelo institucional**. [Rio de Janeiro]: Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento, [1983?]. 107p.

BOISIER, Sérgio. Desenvolvimento não- concentrado e descentralizado na América Latina In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL 'CELSE FURTADO, A SUDENE E O FUTURO DO NORDESTE', 2000., Recife, PE. **Anais...** Recife: SUDENE, 2000. p.191-210.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. **Bases para a recriação da SUDENE: por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste**. Brasília, 2003. Disponível em: <www.integracao.gov.br/.../pdf/sudene/versaofinal_sudene.pdf&nome_arquivo=versao_final_sudene.pdf> Acesso em: 10 novembro 2004.

CROCCO, Marco. **Desenvolvimento Regional na Itália no Século XX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, jul. 2004.

DIAMOND, William. **Bancos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1961. 251p.

DIAS, Adriano Batista. **Em tempos de Sudene: ouvidos e olvidos**. Recife: FJN, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte004.html>>. Acesso em: 18 de maio de 2005

EUROPEAN ASSOCIATION OF DEVELOPMENT AGENCIES (EURADA). Disponível em: <<http://www.eurada.org/home.php>>. Acesso em: 16 de maio de 2005.

GOMES, Gustavo Maia. **Políticas de desenvolvimento regional no mundo contemporâneo:** (e algumas de suas implicações para o Brasil. Rio de Janeiro: CNI, 1993. 64p.

HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Economia Regional:** teoria e métodos de análise. Fortaleza: BNB, ETENE, 1989.

HIRSCHMANN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo Universal de Cultura, 1961. 322p.

HOLANDA, NILSON. **A política de desenvolvimento do Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979. 296p.

KEATING, M. **The new regionalism in Western Europe: Territorial restructuring and political change.** Edward Elgar, Cheltenham, Reino Unido, 1998 *apud* RAMIREZ, Leandro Sepúlveda. **Construcción regional y desarrollo productivo en la economía de la globalidad.** Buenos Aires: Oficina de la CEPAL, set. 2001. (Serie Estudios y perspectivas). Disponível em: <www.cepal.org> . Acesso em: 15 nov. 2004.

NORTH, Douglas. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional:** textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 291-313.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste ; planejamento e conflitos de classes.. Rio de Janeiro: [s. n.], 1977. 132p.

PINTO, Agerson Tabosa. **O Banco do Nordeste e a modernização regional.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1977.

PÓLO RS – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://www.polors.com.br/>. Acesso em: 16 maio 2005.

RAMIREZ, Leandro Sepúlveda. **Construcción regional y desarrollo productivo en la economía de la globalidad.** Buenos Aires: Oficina de la CEPAL, set. 2001. (Serie Estudios y perspectivas). Disponível em: <www.cepal.org>. Acesso em: 15 nov. 2004.

ROBERTS, Peter; LLOYD, Peter W; GREG, M. Regional development agencies in England: new strategic regional planning issues? **Regional Studies**, v. 34, n.1, p.75-79, fev. 2000.

SANTANA, Jorge Fernando de (Coord). **Modernização Regional em Curso:** 30 anos de SUDENE. Recife: SUDENE, 1990. 134p.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL 'CELSO FURTADO, A SUDENE E O FUTURO DO NORDESTE', 2000.,RECIFE, PE. [Anais...] Recife: SUDENE, 2000. 357p

SOLARI, Stefano. Decentralisation of competencies and local development agencies in North-Eastern Italy. **Local Economy**, v.19, n.1, p. 55-69, feb. 2004.

STÖHR, Walter. The Definition of regions in relation to national and regional development in Latin America. In: **Regionalization.** Rio de Janeiro: APEC, jun. 1969. p.63-52. *apud* Haddad, Paulo Roberto (Org.). **Economia Regional:** teoria e métodos de análise. Fortaleza: BNB, ETENE, 1989.

SYRETT, Stephen; SILVA, Carlos Nunes. Regional development agencies in Portugal: recent development and future challenges. **Regional Studies**, v.35, n.2, p.174-180, apr. 2001.

WEBB, Darren; COLLIS. Clive Regional development agencies and the 'new regionalism' in England. **Regional Studies**, v.34, n. 9, p.857-864, dez. 2000.